

## EXPERIÊNCIA DO PIBIC: A DESCONSTRUÇÃO DE UM OLHAR INGÊNUO FACE AO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Hayana Crislayne Benevides da Silva

Graduanda de Pedagogia pela UEPB

[Hayana\\_benevides@yahoo.com.br](mailto:Hayana_benevides@yahoo.com.br)

Jéssica de Sousa Barbosa

Graduanda de Pedagogia pela UEPB

[jessicakeka@live.com](mailto:jessicakeka@live.com)

Mônica Teodosio da Silva

Graduanda de Pedagogia pela UEPB

[ednalvamoni@hotmail.com](mailto:ednalvamoni@hotmail.com)

Sheila Aparecida Dias Barros

[sheilinha-dias@hotmail.com](mailto:sheilinha-dias@hotmail.com)

Graduanda de Pedagogia pela UEPB

Margareth Maria de Melo

Profa. Doutora e orientadora pela UEPB

[margarethmmelo@yahoo.com.br](mailto:margarethmmelo@yahoo.com.br)

O presente artigo resulta de pesquisas de Iniciação Científica- PIBIC/CNPq. A primeira estudou a imagem do negro no livro didático de história do 2º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental de algumas escolas públicas municipais de Campina Grande - PB e a segunda, que se encontra em andamento, aborda algumas coleções de livros didáticos de história, também do Ensino Fundamental, que são mais adotadas nas escolas públicas da cidade já citada. Temos como objetivo relatar nossas principais impressões e inquietações antes de entrarmos no grupo de pesquisa e após os resultados obtidos no decorrer das mesmas. A metodologia é de pesquisa bibliográfica e documental. Para subsidiar nosso trabalho baseamo-nos em autores como: Bittencourt (2004), Munanga (2008), Chiavenato (1999), dentre outros. Os resultados obtidos destas pesquisas nos levaram a perceber que as imagens dos/as negros/as continuam representadas de maneira negativa e estereotipada e sempre aparecem em minoria nos livros didáticos.

**Palavras-chave:** Livro Didático. História. Negro.

## **EXPERIÊNCIA DO PIBIC: A DESCONSTRUÇÃO DE UM OLHAR INGÊNUO FACE AO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA**

O referido artigo é fruto de nossas pesquisas de Iniciação Científica - (IC) PIBIC/CNPq. A primeira estudou a imagem do negro no livro didático de história do 2º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental de algumas escolas públicas municipais de Campina Grande - PB e, a segunda, que se encontra em andamento, aborda algumas coleções de livros didáticos de história, também dos anos iniciais, que são mais adotados nas escolas públicas da cidade já citada.

Ambas as pesquisas têm como objetivo averiguar e analisar como a imagem do/a negro/a está sendo representada nos livros didáticos de história, disponíveis e em uso, em algumas escolas da rede municipal de Campina Grande - PB, tendo em vista a promulgação da lei 10.639/2003.

Neste trabalho pretendemos expor nossas principais impressões, inquietações e desconstruções a respeito do livro didático de história dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visto que em todo período de nossos estudos e até mesmo no início do nosso curso no Ensino Superior, encarávamos os livros didáticos como suportes indiscutivelmente verdadeiros e como únicos no auxílio das práticas educativas.

No entanto, só depois da nossa inserção no grupo de pesquisa e estudos em disciplinas, no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, sobre a temática afrobrasileira e africana foi que começamos a compreender as ocultações, múltiplas facetas e equívocos presentes no livro didático. Conforme Bittencourt (2004), o livro didático é:

(...) um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa (BITTENCOURT, 2004, p. 72).

Assim, é preciso conhecer bem as temáticas em estudo para ser capaz de criticar, dialogar com os autores e não simplesmente reproduzir os conteúdos como verdades absolutas. Mediante os estudos no grupo de pesquisa, que é intitulado: *Dialogando com a Diversidade Étnico-Racial* é que se permitiu a construção de um olhar crítico e reflexivo a respeito do livro didático e da temática africana e afrobrasileira.

No decorrer das pesquisas e dos estudos, nos confrontamos com nossas próprias atitudes preconceituosas com relação à temática, uma vez que tudo era muito novo para

nós, e assim, o maior desafio era enfrentar os nossos próprios preconceitos e buscar conhecimentos que ajudassem a compreender o nosso comportamento e elucidar a nossa postura.

No início tínhamos dificuldade de reconhecer nossa negritude, uma vez que considerávamos negros, apenas aquelas pessoas que tinham a cor da pele com uma quantidade de melanina bastante expressiva, no entanto, os estudos e as reflexões nos mostraram o contrário disso.

Se tivermos alguém de gerações passadas, que tenha sido negro, nós também somos e isso independe da cor da nossa pele. Sentir-se pertencente à cultura negra, significa ter afinidade com tudo que a representa, somos negros por um sentimento de pertença, por posicionamento político e porque no nosso cotidiano vivenciamos muito mais o jeito de ser do povo negro. Sem falar que quando passamos a conhecer a história a partir do olhar dos oprimidos um sentimento de orgulho nos envolveu, pois é impactante conhecer as lutas e resistências travadas na história afrobrasileira.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana ser negro é uma questão política, “em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define” (BRASIL, 2004, p. 15).

Nesse sentido, não podemos identificar uma pessoa negra apenas por seu fenótipo, uma vez que a sociedade brasileira é constituída por três matrizes geradoras: o negro, o europeu e o indígena, neste caso, as pessoas derivam desta mistura.

De acordo com Munanga (2008, p.27), “aos olhos dos colonos brancos que consideravam os homens de cor concorrentes perigosos, a mestiçagem não deveria aparecer evidentemente como uma prática positiva”. E isto acontecia porque haviam raças que sentiam-se superiores a outras, a exemplo dos europeus que sentiam-se superiores aos negros.

Nossas concepções iniciais a respeito da mestiçagem eram bastante ingênuas, acreditávamos que a mesma se tratava de algo positivo e que era encarado da mesma forma. Em outras palavras, não tínhamos a noção de que o preconceito era algo forte e presente em nossa sociedade. Entendíamos que a mestiçagem favorecia a superação de tais preconceitos.

Ora, se a cor da pele era o principal motivo para rejeições, com a mistura das “raças” branca e negra, o resultado daria numa cor de pele mais clara, portanto, com o

suposto clareamento da pele iriam findar-se os preconceitos, uma vez que se aproximava do padrão europeu.

O que se percebe é que essas ideias preliminares eram bastante preconceituosas e distorcidas, pois se tratava de uma lógica de branqueamento, de negação do negro, da sua história e cultura. Assim, não se acaba com os preconceitos, pelo contrário, nas relações inter raciais muitas vezes o racismo é reforçado. Tudo isso é fruto da educação que não promove reflexões críticas a respeito da temática africana e afrobrasileira, que não ajuda a compreender o processo histórico e cultural de formação da sociedade brasileira.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais relacionados à Pluralidade Cultural

O grande desafio proposto para a educação é estabelecer conexões entre o que se aprende na escola e a vida da população. Mudar mentalidade, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo (BRASIL, 2001, p. 23).

Nesse sentido, faz-se necessário que a escola abra espaço para que haja um diálogo com as diversidades, uma vez que é um lugar em que o fluxo de culturas é pertinente e a educação não pode fingir que não ver ou que desconhece tais procedimentos. Pois, na medida em que se problematiza é que há o conhecimento e, assim, as mudanças de mentalidades na construção dos sujeitos.

Para algumas de nós a temática afrobrasileira e africana era desconhecida, tanto que compreendíamos que a África era um país, pois o que ouvimos falar durante o nosso Ensino Fundamental e Médio resumia-se a África do Sul, ao tráfico de pessoas que ocorreu neste país e a associação da África a pobreza, miséria, a fome e a negritude.

Fomos percebendo, com as leituras e discussões que a África, além de um continente imenso, formada por 54 países, as suas diversidades são imensuráveis quanto às diferentes etnias existentes e percebemos quão complexa é a compreensão de todos os elementos que a compõe, assim, temos consciência de que ainda estamos na construção da aquisição de tais noções.

A África é um amplo continente, em que vivem e viveram desde os princípios da humanidade (afinal, foi lá que a humanidade surgiu), grupos humanos diferentes, com línguas, costumes, tradições, crenças

e maneiras de ser próprias, construídas ao longo de sua história (LIMA, 2010, p. 29).

Nesse sentido, percebemos a riqueza e influência desse continente na construção da nossa própria história, porém a educação não favorece o diálogo com estas questões, apenas enfatizando a escravidão, como único assunto que remete a estes povos.

Mediante os estudos descobrimos que a África é rica em recursos naturais, sem falar que é o berço da humanidade. Conhecemos a história antes da colonização europeia. Ficamos surpresas com o que já existia de civilizações, a organização social, política, econômica e cultural, a exemplo do Reino do Congo e imensas arquiteturas, como as muralhas dos Zimbábue.

Conhecer a história da África é fundamental para se compreender a história do negro no Brasil. Para Luiz Ruffato (2009, p. 12) “Sem acesso à educação e acantonados no limiar da miséria, os afrodescendentes não se constituíram como cidadãos; impedidos de agir como sujeitos da própria história, sucumbiram, pela força da opressão, a meros coadjuvantes da construção de uma identidade nacional”.

Como discutir sobre identidade nacional sem considerar a influência negra? Será que se pode falar de “uma” identidade nacional? Por que o livro didático ainda quer invisibilizar a história e cultura afrobrasileira?

Para Ruffato (2009, p. 23) “A condição dos africanos e seus descendentes como “corpos escravos”, “objetos a serem usados” no período escravocrata deixou as suas consequências no pensamento e na organização social até os dias de hoje.”

Sendo assim, a luta dos negros e a perseverança em continuar a reivindicar os seus direitos, tem incomodado as elites brancas. As políticas de Ações Afirmativas têm provocado acalorados debates, pois para essas pessoas a condição do negro é a subserviência e não um cidadão de direitos na sociedade.

Diante desses conflitos é que a escola precisar repensar sua postura e educar os alunos para conviver com as diferenças sem precisar discriminar ninguém pela cor, pelo cabelo, religião ou sua classe social. Essa não será uma tarefa fácil, pois o brasileiro tem uma dificuldade de se reconhecer preconceituoso, e não se enfrenta o racismo enquanto não se reconhece a sua existência.

Nesse sentido, é de suma relevância dialogar sobre tais questões desde cedo, na Educação Infantil, para que em um futuro próximo as pessoas não tenham mais essa concepção que o negro é um artifício de trabalho e que desse modo não condiz gozar dos mesmos direitos de cidadão.

Sabemos que a escravidão foi um acontecimento histórico que exerceu grande influência sobre a história dos povos negros em nosso país, mas a escola e seus livros didáticos não podem reduzir a história dos africanos e afrobrasileiros ao período da escravidão, reforçando, assim, estereótipos negativos referentes a estes povos.

Assim, Conforme Chiavenato (1999, p. 73):

Para justificar política e moralmente, o escravismo gerou uma ideologia fundamentada na redução do negro à condição de “ser inferior”. Essa postura conferia às classes dominantes o “direito ético” de usar o negro sem considerar sua condição humana. Ele era a besta de trabalho: sua humanidade não foi pensada ou questionada.

Essa ideologia racista nunca foi tratada em nossos estudos anteriores ao longo da Educação Básica, e esse desconhecimento alimenta em grande parte o racismo existente em nosso país. As idéias de inferioridade ainda estão presentes no cotidiano das relações inter étnicas, exigindo que as pessoas negras estejam sempre provando a sua capacidade de realizações nas mais diversas áreas.

Com relação aos livros didáticos estudados por nós, observamos que em sua maioria traziam a figura do negro sempre como minoria, quando na realidade brasileira ele é a maioria, o que se deseja com esse tipo de informação?

Outro aspecto se refere aos escravos que vieram para o Brasil, parece que os africanos escolheram sair da sua terra para trabalhar na América. Sendo assim, criou-se a visão de que o negro veio para o Brasil quase que por vontade própria.

Mesmo sendo livros do 2º ano, que atende uma faixa etária entre sete e oito anos, é importante destacar que as imagens chamam muito a atenção das crianças. Por que associar as imagens de negros/as a aspectos ligados à escravidão, quase naturalizando que o escravo é negro? Alguns autores só falavam dos/as negros/as no contexto da escravidão. Com isso, observamos muitas lacunas sobre a história afrobrasileira que nos levaram a perceber o quanto a imagem do/a negro/a continua representada de maneira negativa e estereotipada e encontra-se caricaturada nos livros didáticos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana nos exemplificam bem, quando afirmam que “para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular,

superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos” (BRASIL, 2004, p. 15).

Assim, o que percebemos é que, os professores precisam ser mais bem preparados para enfrentar os equívocos presentes nos livros didáticos sobre a história do povo negro. Desconstruir essa mentalidade racista e discriminadora é um desafio, como estamos vendo na nossa formação. Será que os cursos de formação de professores estão preocupados com a formação para diversidade cultural? E os professores que não tiveram oportunidade de fazer esses estudos? Como trabalhar nos cotidianos escolares as relações étnico-raciais? Como superar o etnocentrismo europeu presente no currículo da escola?

Na pesquisa com os seis livros didáticos do 2º ano constatou-se que os mesmos, em alguns casos, quando aparece alguma imagem do negro, a mesma não tem relação com o título, ou o conteúdo, ficando assim, sem nexos e soltas.

Outro fato encontrado é a falta de uma sequência lógica ou cronológica dos temas, os termos apresentados fogem da faixa etária a qual as crianças se encontram, ocorre uma fragmentação dos conteúdos, ou seja, aborda-se superficialmente, não se conclui a temática e parte logo para outra. Assim, dificulta a compreensão da história de forma integral deixando lacunas na aprendizagem dos alunos.

Um exemplo é o livro que aborda temas como a vinda dos africanos para o Brasil e os quilombos, porém não faz uma problematização dessas questões e nem esclarece definições dos termos para entendimento da faixa etária das crianças.

A invisibilidade do negro é um aspecto constante na sequência dos livros didáticos, fato esse que contribui para a fragmentação e incompreensão da temática, levando assim, a descontextualização dos fatos históricos, o que favorece ao não reconhecimento de pertença das crianças negras como parte integrante do povo negro.

Essa visão fragmentada e descontextualizada dos fatos históricos marcou a nossa formação na Educação Básica que permitiu a formação de uma visão ingênua sobre a história brasileira. Faz-se necessário a superação destes equívocos para que sejamos sujeitos mais críticos, cidadãos/ãs conscientes de seu papel na sociedade democrática e, especialmente, abertos a convivência com a diversidade cultural brasileira. Essa formação deve iniciar desde a Educação Infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção deste artigo, mediante a partilha das concepções equivocadas que tínhamos com relação à temática africana e afrobrasileira, fruto de uma educação fragmentada e de professores que não tinham uma formação adequada sobre o assunto para trabalhar em sala de aula a temática, percebemos a gravidade da visão preconceituosa e discriminatória a qual possuíamos no início das pesquisas.

Visão esta que só foi possível ser desconstruída no Ensino Superior, através das referidas pesquisas de Iniciação Científica, discussões no grupo de pesquisa e estudo nos componentes de aprofundamento do curso de Pedagogia.

Na medida em que fomos tendo conhecimento sobre a história do negro no Brasil e a África, é que entendemos que apesar de muito longe geograficamente de nós, a sua influência cultural é mais presente que qualquer outra e ecoa dentro e fora de nós nesse imenso Brasil.

Assim, é preciso que a escola abra espaço para dialogar com a diversidade e conhecer as diversas culturas manifestadas no âmbito escolar e que só assim será possível desconstruir preconceitos e atitudes discriminatórias com relação às diferenças dos sujeitos. A pessoa não poder ser inferiorizada ou prejudicada pela sua cor de pele ou qualquer outra coisa. Sabe-se que toda a sociedade é responsável nesse processo, porém a escola tem um papel fundamental de formação do sujeito.

É por meio da educação que o sujeito obtém conhecimento para elucidar as obscuridades da ignorância e que isso precisa começar já na Educação Infantil ou será que ainda teremos que esperar o Ensino Superior para desconstruir conhecimentos equivocados?

## REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 Janeiro 2003**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. 3. ed. Brasília, 2001.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Repensando o Ensino).

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999. (Coleção polêmica)

LIMA, Mônica. História da África. In.: **Cadernos Penesb** – Periódico do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF. Rio de Janeiro/Niterói – Ed. Alternativa, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. – 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008

RUFFATO. Luiz. **Questão de pele**. – Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.